



# Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 026ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1996  
(TERÇA-FEIRA)

PROJETO DE LEI Nº 236/96  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Peraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Ruano, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Picardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/96 que objetiva estabelecer normas pertinentes ao Sanitarismo Animal no Estado do Paraná. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. e C.S.P..  
Aprovado.

Art. 1º - A Defesa Sanitária Animal, como instrumento fundamental à produção e produtividade da pecuária, é competência do Estado, cabendo-lhe a definição e a execução das normas do sanitarismo animal para o Estado do Paraná.

§ 1º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições e as imposições necessárias à defesa sanitária animal, entre as quais a profilaxia, o controle ou a erradicação de doenças com a eliminação ou não de animais, a critério técnico das autoridades competentes.

§ 2º - Os procedimentos e práticas de defesa sanitária animal são consideradas ações de interesse público.

Art. 2º - A defesa sanitária animal, fundamentada em estudos, pesquisas e experimentos dos órgãos oficiais específicos ou por eles referendados, será efetuada:

I - através de programas, de projetos, de campanhas ou de procedimentos similares de prevenção que visem alcançá-la pelo controle ou pela erradicação de pragas e/ou doenças de animais, de importância estratégica para a pecuária paranaense;

II - pela aprovação de execução de regras e normas que estabeleçam procedimentos zoonosológicos e de manejo, em toda sua amplitude.

Parágrafo Único - Os procedimentos de Defesa Sanitária Animal serão pautados por normas de proteção à saúde animal, ao meio ambiente e à saúde humana.

Art. 3º - Cabe aos proprietários rurais, parceiros, proprietários de lojas veterinárias ou responsáveis, proprietários de depósitos ou responsáveis, transportadoras, frigoríficos, abatedouros e indústrias de produtos, subprodutos e derivados, o cumprimento das disposições e das regras pertinentes, estabelecidas nesta lei, em seu regulamento e nas demais normas aplicáveis para o Estado do Paraná.

§ 1º - Os proprietários ou todos aqueles que a qualquer título tiverem animais em seu poder ou guarda ficam obrigados a efetuar as vacinações regulamentares e/ou medidas preventivas de enfermidades, bem como a colaborar no levantamento do próprio rebanho, executando os serviços de campo necessários ao combate às doenças infecto-contagiosas ou parasitárias, objetos de programas devidamente regulamenta-

dos pela SEAB.

§ 2º - Os proprietários, os transportadores, os depositários de animais ou os profissionais ligados à agropecuária, ficarão obrigados a notificar a existência de focos de doenças ao serviço de Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, sob pena de interdição da propriedade, sem prejuízo da aplicação de multas cabíveis.

Art. 4º - As pessoas físicas ou jurídicas, enunciadas no artigo anterior, que deixarem de executar as necessárias medidas de defesa sanitária animal, estabelecidas em lei ou em regulamento, ressarcirão o Estado pela realização plena dos procedimentos prestados.

Art. 5º - Ao Estado com seu poder de polícia sanitária e administrativa é assegurado o livre acesso, por sua Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aos locais que contenham animais, seus produtos e subprodutos, bem como ao comércio de produtos veterinários.

Art. 6º - As infrações a esta lei e as demais aplicáveis, emanadas da autoridade competente, são passíveis das seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - a multa;
- III - proibição do comércio;
- IV - interdição da propriedade rural, de recintos de eventos agropecuários e de estabelecimentos, e
- V - vedação do Crédito Rural, através dos agentes financeiros oficiais do Estado.

§ 1º - As multas serão aplicadas por infrações cometidas proporcionais aos danos ou prejuízos causados.

§ 2º - O Poder Executivo Estadual mediante regulamento estabelecerá os parâmetros da proporcionalidade das multas referidas neste artigo, em valor a variar entre 02 (duas) Unidades Padrões Fiscais - UFP's, ao máximo a 1.000 (mil) UFP's, ou de índice que venha a substituí-la.

§ 3º - Em caso de reincidência as multas serão aplicadas em dobro.

Art. 7º - O infrator que deixar de recolher a multa devida será inscrito na Dívida Ativa do Estado, para a conseqüente execução na forma da lei.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Fazenda, mediante solicitação da SEAB, efetuará a inscrição de que trata este artigo, para fins de execução.

Art. 8º - Os autos de infração à presente lei serão lavrados pelos servidores do quadro de fiscais da SEAB, devidamente

credenciados.

Art. 9º - A SEAB poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas para o financiamento e a perfeita execução das ações de profilaxia, controle e erradicação de enfermidades, inclusive para a indenizações decorrentes do sacrifício e/ou abate sanitário dos animais, mediante determinação e coordenação do próprio órgão.

Art. 10 - Ficam instituídas taxas para o custeio dos serviços previstos nesta lei e pelo exercício do poder de polícia de vigilância epidemiológica, visando ao combate das doenças infecto-contagiosas ou parasitárias que atacam os animais.

§ 1º - Constituem fato gerador das taxas:

- a) a vacinação de animais, efetuada pelo Estado ou entidade conveniada;
- b) a realização de exames;
- c) a confecção e atualização de cadastros;
- d) a vigilância epidemiológica exercida em estabelecimentos de criação, de produção e de comercialização de animais, e seus produtos e subprodutos, inclusive comércio de produtos veterinários.

§ 2º - Caracteriza-se como sujeito passivo das taxas a pessoa física ou jurídica, a quem for prestado o serviço, ou o proprietário de animais, o promotor de eventos agropecuários, o comerciante de animais, de produtos de origem animal e de produtos de uso veterinário, submetidos ao poder de polícia e vigilância epidemiológica.

Art. 11 - O Estado estabelecerá o valor das taxas cobradas pela prestação de serviços na área de saúde animal, que serão revertidas em benefício dos programas de saúde animal.

Parágrafo Único - O valor das taxas referidas neste artigo será estabelecido pela SEAB, em comum acordo com o Conselho Estadual de Saúde Animal.

Art. 12 - O produto das multas, taxas e serviços decorrentes desta lei será recolhido ao Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP devendo reverter-se em benefício dos programas de saúde animal.

Parágrafo Único - O produto das taxas e serviços, a que se refere o "caput" deste artigo, poderá ser recolhido a instituições privadas sem fins lucrativos conveniadas à SEAB, desde que revertidos integralmente aos programas de sanidade animal.

Art. 13 - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará os

procedimentos administrativos e operacionais necessários à execução da presente Lei.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 7.065/78 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.96.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 236/96

P A P E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo visa estabelecer normas pertinentes ao sanitarismo animal no Paraná.

Da análise do referido projeto, não há óbice que impeça sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.06.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOP TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 236/96

P A P E C E R:

RELATÓRIO:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 049/96, tem por finalidade estabelecer normas pertinentes ao sanitarismo animal no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO:

A pecuária, é de notório conhecimento, representa parcela fundamental para a economia paranaense no mais amplo sentido, desde a produção de alimentos, geração de empregos pelas indústrias e comércio decorrentes, assim como no crescimento das exportações.

Conseqüentemente o sanitarismo animal é básico e imprescindível para manutenção, melhoria e ampliação desse elemento tão importante à economia do Estado e da Sociedade.

CONCLUSÃO:

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 14.06.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE  
PROJETO DE LEI Nº 236/96

P A R E C E R:

RELATÓRIO:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 049/96, tem por finalidade estabelecer normas pertinentes ao sanitarismo animal no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO:

O sanitarismo animal é básico e imprescindível para a manutenção, melhoria e ampliação da pecuária, setor fundamental da economia paranaense.

O Mercado Internacional é intransigente na aceitação de produtos de origem animal, oriundos de Países ou Estados, nos quais ocorrem determinadas doenças em espécies, cuja carne e derivados sejam utilizados na alimentação humana.

CONCLUSÃO:

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 14.06.96.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

O SR. JOCELINO CAVIO (Pela Ordem) - Só gostaria, nesta briga Fernando Henrique Cardoso dita pelo Deputado Romanelli e pelo Deputado Belinati, gostaria de perguntar aos eminentes Deputados para quem fizeram campanha na eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Só para informar ao Deputado Jocelito quero dizer, com muita honra, que trabalhei e votei em Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ANTONIO BELINATI - Votei em Brizola, voto aberto, filmado pela tevê.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 19, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISSCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/96.

Levanta-se a sessão.